



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Ministério Público – Av. Marechal Câmara, 370 – 9º andar – Centro – Rio de Janeiro

Data: 16/07/2018

Horário: 10:30h

Compareceram nesta reunião: Dra. Raquel Crispino (TJRJ); Sra. Luana Evaristo (MPRJ/COESUB); Sra. Ana Santos (Receita Federal); Sra. Andréa Leitão (Receita Federal); Sra. Beatriz Lomar (Receita Federal); Sra. Priscila Milhomen (ARPEN/RJ); Dra. Fátima Saraiva (DPGERJ); Sra. Flora Neves (DETRAN/RJ); Sra. Karla Ferreira da Silva (SEASDH); Sra. Marinete Vieira Tani (TJRJ); Sra. Paula Cristina (DPGERJ); Thaiana A. Pinto (DETRAN); Sra. Fernanda Mara (Prefeitura); Sra. Livia Paschoal (MPRJ/COESUB); Sra. Paula Cristina (DPGERJ); Dr. Ricardo Leite (MTE);

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião foi feita a apresentação dos participantes.

Item 2 – VII Encontro Estadual do Comitê de Sub-registro de Nascimento: organização de mesa sobre financiamento dos documentos de identificação;

Dra. Raquel iniciou a reunião explicando sobre o Comitê Gestor Nacional, o Comitê Gestor Estadual e os Comitês Municipais para os novos participantes da reunião.

E, seguiu explicando a planilha de ações, como foi criada, qual o seu objetivo e a sua divisão em três eixos: acesso à documentação básica (1ª e 2ª vias), integração entre os órgãos e financiamento da política. E, concluiu dizendo que o ponto sobre o financiamento da política tem sido objeto de discussão no grupo, já que todos os emissores de documentos participam da reunião, com exceção da Junta Militar.

Beatriz pediu a palavra para pedir a mobilização junto à receita Federal a fim de pleitear a modificação legislativa para desvincular o CPF dos direitos sociais já que o cadastro surgiu com o viés de arrecadação, e esse era o único objetivo da Receita Federal: ter um cadastro de quem arrecadava imposto de renda e de quem que o pagava (pessoa física).

E, continuou dizendo que como o Brasil é uma Federação, e a carteira de identidade é um documento estadual, o indivíduo pode ter quantas carteiras de identidade quanto o número de estados federados. E, portanto, por se tratar de um cadastro nacional, as pessoas começaram a se inscrever no CPF para ter o documento.

E, seguiu dizendo que seria bom esclarecer que o CPF nunca foi uma imposição pela Receita Federal para todo cidadão. E, que o CPF foi criado única e exclusivamente para ser a base de dados do seu cliente. E, que de uns anos pra cá, a sociedade quer fazer parte desse cadastro como nacional, identificando esse documento como obrigatório.

E, prosseguiu explicando que como todo órgão público, a Receita Federal também recebe sua dotação orçamentária, sua estrutura. E, que a estrutura da Receita Federal foi toda pensada de acordo com a sua necessidade e sua missão. E, que hoje são 38 unidades de atendimento, que prestam o serviço de inscrição no CPF de forma gratuita, por força de uma decisão.

E, que agora a Receita Federal tem convênio com os Cartórios. Então, toda criança que nasce no Rio de Janeiro recebe o CPF.

E, que, além disso, a Caixa Econômica Federal, os Correios e o Banco do Brasil também emitem CPF.

E, concluiu dizendo que a Receita Federal disponibiliza uma grande rede para atender as pessoas. E, que sempre houve uma preocupação com isso.

Dra. Raquel explicou que a ação surgiu em 2015, quando não havia ainda essa postura da Receita Federal.

Beatriz retomou a fala para frisar que em nenhum momento a Receita Federal vinculou o CPF aos direitos sociais.

Dra. Raquel esclareceu que em nenhum momento foi dito isso. E, disse que concorda com a Sra. Beatriz no que tange à modificação da redação da legislação. E, prosseguiu dizendo que do olhar de observação do grupo, a Receita Federal não tem uma rede de atendimento para atender à população que o grupo atende. E, que essa população ainda é desconhecida dos espaços da Receita Federal: população prisional, população de rua e população miserável. E, que essas pessoas não são o cliente tradicional histórico da Receita Federal.

E continuou dizendo que existe um grupo de pessoas que nunca contribuiu com tributos no Brasil. E, que, em 1988, disseram que eles estavam livres. Eles vieram para as grandes cidades porque eram maltratados e escravizados no interior. E, que alguns ficaram no interior. E, que todos esses acontecimentos contribuíram para a formação de espaços de desigualdades nas nossas cidades, sendo um problema sério para todos nós. E, essas pessoas não são o cliente histórico da Receita Federal.

E, em 2015, o grupo percebeu que havia um problema de atendimento na rede da Receita Federal. E, que é sabido que hoje esse tema é objeto de esforço da Receita Federal. E, que esse esforço é valioso para o grupo, o grupo reconhece isso e quer ajudar.

E, seguiu dizendo que isso é bom, já que em 2015 não se tinha sequer a percepção de que isso era ruim porque o pressuposto de que a Receita Federal tenha que fazer um convênio com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil para que o usuário final possa dar sustentabilidade à emissão de um documento é uma lógica cruel.

E, que a lógica é a seguinte: “eu exijo o documento, e eu quero que você pague por isso, e se você não pagar é você o incompetente porque estamos nesse mundo da concorrência, e aqueles que não têm competência têm que ficar mesmo na exclusão”.

Continuou destacando que o Estado Brasileiro tem a lógica de ter uma rede bem distribuída e disseminada, através dos bancos e correios, mas quem paga pelo serviço é o usuário final.

Destacou ainda que, em 2015, o grupo descobriu que havia uma ação civil pública do Ministério Público Federal, transitada em julgado, determinado que a Receita Federal fizesse o acesso gratuito a essas pessoas. São trinta e poucos postos de atendimento para 92 municípios, o que possibilita pressupor que tem muitos municípios sem acesso gratuito, que precisam de R\$ 7,00 (sete reais) para ter acesso ao CPF. E, que esses R\$ 7,00 (sete reais) não podem ser pagos por um Assistente Social porque o município não tem rubrica pra isso.

E, concluiu dizendo que reconhece e agradece a sensibilidade da equipe da Receita Federal de estar participando do grupo. E, que concorda que deve haver uma modificação da legislação no sentido de dar sustentabilidade à Receita Federal para atender essa população excluída.

Beatriz disse que desconhece qual legislação que vinculou o CPF aos direitos sociais.

Dra. Raquel respondeu que foi a legislação que criou o CadÚnico, já que para se cadastrar, é necessário o CPF. E, que o Ministério de Desenvolvimento Social criou essa condição na época do Governo Lula, quando foram criadas as bolsas-auxílio, para evitar fraudes as pessoas tinham que se inscrever em um cadastro único.

E, continuou esclarecendo que o BPC (Benefício de Prestação Continuada) é outro problema vez que também exige a inscrição no CPF.

E, seguiu dizendo que a Receita Federal tem duas alternativas, que são: “1) assumir que está em débito com o país já que o Governo Federal exige o CPF para dar acesso aos direitos sociais, ou 2) avisa em Brasília que não se deve exigir o CPF já que se no Rio de Janeiro só se tem 30 postos, imagina em Goiás”.

E, ressaltou que a ação da planilha de ações é de 2015, época em que não havia participação da Receita Federal no grupo. E, que sabe que essa é uma ação para dar resultados em 5, 10 ou 15 anos.

E que o convênio com os Cartórios de RCPN só vai gerar frutos daqui a 20 anos. Porém, ainda há um passivo muito grande que precisa de CPF.

Bruno explicou sobre o processo de criação do ICN (Identidade Civil Nacional), que está em uma fase estadual de convênio com os DETRAN's para aproveitar suas

bases de dados, já que o TSE não tem orçamento, assim como o Ministério do Trabalho, não tem tempo hábil para fazer a coleta biométrica sozinho. E que, além disso, os DETRAN's têm maiores expertises nesse trabalho.

E, que paralelamente a isso, o TSE agora virou o gestor do ICN. E, que já foi definido pelo grupo de trabalho no âmbito do TSE, onde têm vários órgãos emissores de documentos, que o CPF será a chave primária para esse documento.

Flora perguntou como está sendo feito em outros Estados, já que a certeira de identidade geralmente é emitida pela Secretaria de Segurança.

Bruno respondeu que o TSE está usando o Rio de Janeiro como piloto. E, que o TSE ainda não utilizou todo o cadastro do DETRAN/RJ, que vai haver uma pré-validação do cadastro nas próximas eleições. E, que foi criado um banco de dados a parte para ser inserido nas urnas. E, que o mesário vai habilitar a pessoa para votar na urna. Se a pessoa for habilitada, a informação será passada para o cadastro do TSE. E, se a pessoa não for habilitada, ela será chamada futuramente para fazer o cadastro biométrico.

E, que o TSE não sabe como a urna vai se comportar com dados externos. E, que, por isso, o TSE optou de fazer uma eleição híbrida no Estado do Rio de Janeiro que não será 100% biométrica, embora 100% das urnas tenham biometria.

E ressaltou que todos os órgãos que emitem documentos continuarão a emitir normalmente. E, que o TSE será apenas o gestor do banco de dados.

Dra. Raquel destacou a diferença entre integração de banco de dados e integração de serviços. E, exemplificou dizendo que integrar serviços é estabelecer um posto do DETRAN/RJ dentro de um Cartório de RCPN, e que o Poupa Tempo era uma proposta de integrar serviços. E, disse ainda que o mesmo ocorre com a Receita Federal junto aos Cartórios de RCPN, que acaba tendo maior capilaridade no serviço de inscrição no CPF.

E, seguiu explicando que o TSE está fazendo esse papel para a integração nacional de bancos. E, que esse movimento é o chamado "Governo Digital". E, que já acontecendo na Índia, no Uruguai, na China, na Estônia, etc.

E, direcionou a fala a Sra. Beatriz dizendo que o papel do grupo é falar para o órgão emissor de documento o que está acontecendo na ponta, já que ele trabalha para atender o homem médio e não tem o conhecimento do que acontece com o homem mínimo, que é a exceção de milhões de pessoas excluídas que o grupo visa incluir.

E, continuou sugerindo mudar o final da ação em questão, conforme sugestão da Sra. Beatriz para "visando aumentar a rede de atendimento da receita Federal ou a integração dos serviços". E, justificou dizendo que é necessário que a Receita Federal tenha mais recursos.

Tula sugeriu que se abra uma nova ação para que se tenha a história de que em 2015 se pensava diferente.

Bruno sugeriu que se coloque uma observação nessa mesma ação.

Beatriz esclareceu que a Receita Federal tem total conhecimento do papel do CPF como documento para os brasileiros, razão pela qual foi desenvolvido um portal em tempo recorde para essa finalidade. E, que já existe previsão normativa para inscrição no CPF dos apenados,

etc. Contudo, recentemente houve uma contenção de receitas para a Receita Federal que teve que fechar agências. E, que essa é uma realidade que se tem que lutar. E, que, além disso, a Receita Federal tem a preocupação em proteger dados dos cidadãos em relação às fraudes.

Dra. Raquel esclareceu que o movimento do sub-registro não vem dessa gênese, e sim tem origem nos Direitos Humanos. E, que os Direitos Humanos funcionam na lógica da reivindicação, da luta e do enfrentamento, ocupando os espaços a serem defendidos. E, exemplificou com o feminicídio, dizendo que existe um grupo conservador grave que nega sua existência. E, que a lei que pune hoje a morte de uma mulher pela condição de ser mulher só consegue surgir hoje porque existe um movimento de Direitos Humanos que é muito mais agressivo.

E, seguiu sugerindo a modificação da ação da planilha para “iniciar a mobilização para modificação de legislação junto à Brasília, visando aumentar a capilaridade para atendimento da população, já que o CPF é um documento essencial”.

O grupo concordou com a modificação da ação da planilha.

Tula sinalizou que o primeiro item da pauta é o Encontro Estadual. Destacou que esse será o 7º Encontro. Que todos os anos são realizados encontros com a participação dos Comitês Municipais e com Municípios que ainda não têm Comitê. E, que sempre se discute um tema relacionado à política de erradicação sub-registro. E, que cada ano ele acontece de um jeito, tem anos que está mais cheio, outros nem tanto. Que tem encontros que se aprofunda em alguma temática específica, outros tem um viés de mobilização. E, que para esse próximo encontro viu-se que estaria na hora de discutir acerca da política de financiamento, principalmente em razão das notícias que se têm em relação ao descumprimento da legislação, muitas vezes em relação ao Registro de Nascimento e a hipossuficiência. Além da limitação da gratuidade da segunda via pela DETRAN/RJ que só é deferida com ofício da Fundação Leão XII. E, que se notou que os membros do Comitê precisavam entender melhor dessa temática e discutir com os Municípios.

E, seguiu dizendo que o grupo pensou em fazer uma mesa no encontro que ocorreria nos dias 9 ou 23/11/2019.

Karla acredita que o público deverá chegar ao número de 100 pessoas. E que terá um perfil mais técnico em razão do tema.

Dra. Raquel disse que o tema é chato e técnico, e se mostrou preocupada com a participação restrita no evento. Mas, que é uma rica oportunidade de se mostrar a um Assistente Social o que significa emitir uma segunda via de documento sem necessidade é um desserviço público.

Priscila disse que a única coisa gratuita é a emissão do CPF no momento do Registro de Nascimento.

Dra. Raquel esclareceu que independentemente da gratuidade que o cidadão tem direito ou não, cada segunda via de Registro de Nascimento, Casamento e Óbito, é custeada pelo Fundo Especial. E, que existem dois fundos: o Fundo Especial e o

FUNARPEN. E, que são dois fundos estaduais que são formados pelas custas judiciais (em processo judicial) ou pelo reconhecimento de firma no Cartório Extrajudicial.

Tula perguntou que tipo de coisas esse fundo financia.

Dra. Raquel respondeu que financia a gratuidade e a hipossuficiência deferida por lei.

Priscila disse que os registradores se auto sustentam porque compram o selo a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) que são destinados ao nascimento e óbito gratuitos. E que existe ainda o fundo dos atos em geral pagos.

Dra. Raquel sustentou que acredita ser importante que as pessoas entendam que a gratuidade dos Cartórios não tem orçamento.

Francinete destacou que é importante observar o objetivo do encontro: esclarecer e sensibilizar os profissionais. E que acredita que 200 participantes seria o público ideal. E, que concorda que se dê ênfase à questão do financiamento. E, propôs uma mesa na parte da manhã para falar sobre isso. E, que a tarde seria importante uma mesa para abordar a integração dos bancos de dados, a documentação única, o nome social. Que acha importante não perder o objetivo desse evento que é grande. Que é preciso que se tenha um cunho informativo.

Tula questionou se não seria importante a discussão da política de financiamento de forma a interessar aos profissionais participantes, já que acredita que esse tema é sempre uma caixa fechada. E, seguiu questionando se não seria interessante abordar esse tema de maneira interessante para o profissional que está ponta possa refletir sobre sua atuação também. E, que considera importante que os profissionais saibam da onde o dinheiro vem, como vem.

Bruno concordou que é importante saber.

Priscila disse que esse tema não é uma caixa fechada. Que talvez se possa abrir um pouco mais o leque.

Tula perguntou se seria então um encontro de dia inteiro, já que a proposta original era para ser de meio período apenas.

O grupo sugeriu aumentar o tempo.

Tula perguntou se a mesa sobre o financiamento da política deveria contar com a presença de todos os órgãos.

Karla respondeu que entende ser melhor que todos os órgãos emissores participem da mesa.

Dra. Raquel sugeriu que seja convidada uma pessoa que fale, em linguagem popular, como se faz uma lei orçamentária.

E, sugeriu que se tenha uma fala acerca do funcionamento do Fundo Especial e do FUNARPEN, uma fala sobre o funcionamento do Registro Civil, uma fala do DETRAN/RJ para desmistificar essa noção de que se arrecada muito dinheiro com a segunda via.

Tula lembrou que essa false impressão se dá em razão das carteiras de habilitação.

Dra. Raquel disse que é importante fazer essa separação da carteira de identidade com a carteira de habilitação.

E, seguiu dizendo que o eleitoral é dotação orçamentária federal, então não teria o que falar. E, o mesmo se aplica ao CPF.

O grupo decidiu que a mesa da manhã seria sobre o financiamento de cada documento. Então haverá uma fala sobre cada documento.

Dra. Raquel ressaltou que é importante que as pessoas saibam sobre o financiamento porque elas criam sensos comuns de maneira errada. E, que tanto a Receita Federal como o TSE têm esclarecimentos importantes a fazer.

E, sugeriu que a parte da tarde tenha uma mesa sobre acesso à documentação civil de populações vulneráveis: população em situação de rua, população privada de liberdade, população LGBT; acesso à documentação básica e dignidade no óbito. E, justificou dizendo que assim seria possível dar uma transversalidade em todos os dez grupos de trabalho.

Tula perguntou sobre o que especificamente seriam as falas.

Dra. Raquel sugeriu que se abordasse a evolução da política de acesso à documentação.

Tula sugeriu ainda que na mesa da manhã fosse abordado o óbito e seus desdobramentos.

Beatriz questionou se há alguma política ou serviço que atenda a população vulnerável.

Dra. Fátima explicou sobre o posto Méier que emite a Certidão de Nascimento e a Carteira de Identidade.

Dra. Raquel se manifestou dizendo que ficará muito feliz no dia que o CPF puder integrar esse serviço.

Beatriz disse que a média de idade dos servidores da receita Federal atual é de 60 anos. E como não há previsão de concurso em curto prazo, o grande desafio da Receita Federal é reestruturar seus processos de trabalho, tendo em vista que a cada dia servidores se aposentam, entram de licença, etc. E que a ideia do CPF integrar o posto Méier através do RCPN não é ruim e será levada a conhecimento da Superintendência.

Dra. Fátima disse que esse posto que cuida da documentação básica da população de rua já existe e está na Defensoria Pública do Méier. E, que no início o DETRAN/RJ cedia servidores e maquinário. Porém, hoje o que se tem são servidores da Defensoria Pública treinados pelo DETRAN/RJ. E, explicou que atualmente o que se tem são convênios com o DETRAN/RJ e com os Cartórios. E, disse que seria importante ter um convênio com a Receita Federal também. Concluiu dizendo que talvez a Receita Federal pudesse treinar um servidor da Defensoria Pública para esse fim.

Flora explicou sobre a questão da gratuidade que de início foi pensado o cadastramento dos Assistentes Sociais para emissão da isenção pela hipossuficiência. E, que a notícia que se tem agora é que as pessoas poderão requerer a gratuidade com a declaração de hipossuficiência feita de próprio punho. Contudo, essa informação ainda não está no site e o sistema ainda está passando por ajustes para atender essa demanda.

O grupo comemorou a conquista.

Tula sugeriu que seja feita uma prévia da mesa sobre o financiamento da política na próxima reunião do mês de setembro, para que se tenha mais substância e entendimento a fim de direcioná-la de maneira mais proveitosa para o público que estará presente.

Dra. Raquel gostou da ideia e disse que considera importante que cada órgão emissor de documento contextualize a sua experiência e realidade. E, disse que acredita que é importante aproximar a instituição da população para que se tenha uma melhor comunicação.

Item 3 – Evento: Govtech Brasil

Dra. Raquel falou sobre sua participação no Evento da Govtech realizado em São Paulo. E, que o evento foi organizado pela sociedade civil. Que contou com a presença do Procurador Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Gussem, que presidiu uma das mesas de debate.

Ela explicou que a Govitech é de iniciativa de três instituições: ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade), o BRAVA e o Luciano Hulk, que se reuniram e trouxeram a experiência de outros países, tentando pensar no país com o que eles chamam de “Governo Digital”. Trata-se da integralização de serviços do Governo, através de uma base. E, que, segundo eles, o Governo gasta muito dinheiro de forma errada.

Informou ainda que algumas palestras estão no YouTube. E, que uma das palestras falou sobre o Uruguai, onde cada criança tem um lap top. Então, quanto mais filhos, mais lap tops têm na casa porque o Governo trabalha com a inclusão digital.

E disse que se impressionou com o caso da Índia que, em um ano e meio, o Governo conseguiu dar carteira de identidade digital para todo mundo.

E que no dia seguinte os Presidenciais estiveram presentes para falar sobre o “Governo Digital”.

Item 4 – Informes

Bruno informou que o José de Tarso não está mais na Corregedoria do TRE.

Beatriz perguntou se o bebê foi enterrado.

Priscila comentou sobre o Provimento nº 19 proveniente do GT Óbito no qual a Corregedoria de Justiça do Rio de Janeiro determina a padronização da denominação do óbito da pessoa não identificada, para que seja facilitada a filtragem em pesquisas em bancos de dados. Ressaltou que são utilizadas várias denominações, tais como “homem pardo”, “pessoa sem identificação”, “indigente”, “mulher” etc. E, que isso dificulta as buscas em bancos de dados.

E que essa medida é uma indicação do próprio CNJ.

Flora ressaltou que esse mesmo provimento também permite a identificação de pessoas, vivas e mortas, através da base de dados do DETRAN/RJ e IFP. E, exemplificou dizendo que o DETRAN/RJ tem feito a identificação das pessoas nos hospitais.

Dra. Raquel lembrou que o GT Óbito funciona há 3 anos e meio. E, que esse provimento é grande conquista para esse grupo.

A próxima reunião ficou agendada para o dia **20/09/2018**, às **10:30h**.